O Desenvolvimento Sustentável como Direito Humano frente à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas

The Evolution of Human Rights Facing the Perspectives of the UN Agenda 2030

Resumo: O presente artigo tem como escopo estudar o desenvolvimento sustentável como um direito humano frente à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas. A escolha desse tema e sua transformação em problema de investigação se deu por conta da relevância do tema e de sua alta indagação e complexidade. Trata-se, assim, de um tema incitante, que provoca inquietudes especialmente por abranger o direito ao desenvolvimento, que vem sendo tema corriqueiro nos debates contemporâneos. Dessa forma, a presente pesquisa tem como objetivo a resposta da seguinte indagação: o direito ao desenvolvimento sustentável é considerado um direito humano? Com base nessa problemática, o objetivo geral da presente pesquisa consiste em estudar o desenvolvimento sustentável na como um direito humano na Agenda 2030 da ONU. Especificamente, objetiva-se compreender os direitos humanos, a partir de sua conceituação, características e aspectos histórico-evolutivos; analisar o direito ao desenvolvimento como categoria conceitual; e, por fim, investigar os principais objetivos e dimensões da Agenda 2030 Frente ao desenvolvimento sustentável como direito humano. Durante todo período histórico de construção dos direitos humanos as perspectivas de desenvolvimento sustentável nunca foram tratadas com tanta atenção. O direito ao desenvolvimento, apesar de não ser plenamente efetivado a ponto de transformar de forma significativa a realidade, deve ser considerado como um direito humano, assim como os demais. Trata-se, assim, de um direito humano de terceira geração, porque abrange a coletividade. Nessa perspectiva, a Agenda 2030 da ONU estabelece uma série de objetivos, dos quais busca-se seu alcance até o ano de 2030. Esses objetivos são considerados objetivos de desenvolvimento sustentável, de modo que, para seu alcance, é de extrema importância trabalhar a dimensão política, na qual a governança deve ser exercida de modo a desempenhar papéis exemplares, para obtenção de uma sociedade próspera e justa. Para a efetividade da Agenda 2030 da ONU, é extremamente essencial o compromisso de todos os participantes para a implementação dos objetivos, cuja meta primordial é efetivar o direito ao desenvolvimento como um direito humano plenamente garantido. A metodologia utilizada tem por base a abordagem qualitativa e o método dedutivo, adotando-se a técnica de pesquisa bibliográfica.

Palavras – chave: Desenvolvimento Sustentável. Direitos Humanos. Agenda 2030. Organização das Nações Unidas. Globalização.

Abstract: The purpose of this article is to study sustainable development human right in the face of Agenda 2030 of the United Nations. The choice of this theme and its transformation into a research problem was due to the relevance of the taking and its high inquiry and complexity. It is thus an inciting theme, which raises concerns especially as it embraces the right to development, which has been a common theme in contemporary debates. Thus, the present research aims to answer the following question: Is the right to sustainable development considered a human right? Based on this problem, the general objective of this research is to study sustainable development as a human right in the UN Agenda 2030. Specifically, it aims to understand human rights, based on their conceptualization, characteristics and historical-evolutionary aspects; analyzing the right to development as a conceptual category; and, finally, to investigate the main objectives and dimensions of Agenda 2030 in the face of sustainable development as a human right. Throughout the historical period of the construction of human rights, the prospects for sustainable development have never been treated with such attention. The right to development, although not fully realized to the point of transforming reality in a meaningful way, must

be considered as a human right, as well as the others. It is thus a third-generation human right because it encompasses collectivity. In this perspective, the UN Agenda 2030 sets out a series of objectives, which are to be reached by the year 2030. These objectives are considered sustainable development objectives, so that it is extremely important to political dimension in which governance must be exercised in order to play exemplary roles in order to achieve a prosperous and just society. For the effectiveness of the UN Agenda 2030, the commitment of all participants to the implementation of the objectives, whose primary goal is to realize the right to development as a fully guaranteed human right, is extremely essential. The methodology used is based on the qualitative approach and the deductive method, adopting the technique of bibliographic research.

Key-words: Sustainable development. Human rights. Agenda 2030. Organization of the United Nations. Globalization

Introdução

O presente artigo tem como escopo analisar o desenvolvimento sustentável como um direito humano frente à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas. A problematização da temática e sua transformação em investigação que embasa o presente estudo decorre da sua alta indagação e da contemporaneidade do tema, uma vez que enfrenta situações em curso que se manifestam na atual sociedade internacional.

Durante todo período histórico de construção dos direitos humanos as perspectivas de desenvolvimento sustentável nunca foram tratadas com tanta atenção. Para compreender o caminho percorrido pelos direitos humanos até o presente momento e a tão desejada reconstrução destes, far-se-á uma abordagem histórica, com intuito de explicar a ampla recepção de todas as dimensões, no mesmo sentido traçado pela agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, bem como a transnacionalidade e todo o conjunto de efeitos positivos e negativos da globalização abrangente ao direito ao desenvolvimento.

Após décadas de evolução dos direitos humanos, alguns autores como Amartya Sen, Giovanni Arrighi e Johan Galtung apontam maneira simples e inovadoras, a busca da soluções dos problemas relativos a efetividade dos direitos, conseqüentemente falta de atenção as necessidades básicas humanas. Notar-se-á que algumas ideias apresentadas, já há algum tempo, em bibliografias da década de 1990, demonstram soluções no mesmo sentido que caminha a agenda da ONU, para solucionar as mazelas de cada uma das dimensões.

Dessa forma, o objetivo geral da presente pesquisa consiste em estudar o desenvolvimento sustentável na como um direito humano na Agenda 2030 da ONU. Especificamente, objetiva-se compreender os direitos humanos, a partir de sua conceituação,

características e aspectos histórico-evolutivos; analisar o direito ao desenvolvimento como categoria conceitual; e, por fim, investigar os principais objetivos e dimensões da Agenda 2030 Frente ao desenvolvimento sustentável como direito humano.

O presente trabalho está estruturado em três tópicos: primeiramente, faz-se necessário compreender a evolução histórica dos direitos humanos, conceito, características e as perspectivas positivas apontadas para sua não efetividade.

Na sequência, aborda-se o direito ao desenvolvimento, a partir do estudo das dimensões e do contexto que atinge esse direito, compreendendo seus problemas e os objetivos para solução dos mesmos. Por fim, o estudo é direcionado para a análise do desenvolvimento sustentável e o seu pluridimensionalismo na perspectiva definida pela ONU.

A metodologia utilizada na presente pesquisa consiste no método dedutivo, sendo a pesquisa de caráter qualitativo. A técnica de pesquisa utilizada foi a bibliográfica, cuja análise de dados se deu com base em estudos em obras, artigos e trabalhos científicos relacionados à temática.

1 Evolução Histórica dos Direitos Humanos

O surgimento dos direitos humanos deve-se a alguns fatos históricos ocorridos ao longo do tempo, mas principalmente ao período pós-guerra. Os fatores acerca da formação dos direitos humanos são muitos, mas é imprescindível uma abordagem acerca dos principais acontecimentos históricos, para compreender a atual desenvoltura desse direito.

Inúmeros foram os momentos marcados pelas mais graves violações de direitos humanos, onde a diversidade era atraída como elemento para dizimar direitos. A percepção de diferenças em um indivíduo perpassava a ideia de seres indignos, descartáveis ou supérfluos. A escravidão e os campos de extermínio em razão do nazismo, o racismo, a homofobia e a xenofobia constituem exemplos das horrendas violações de direitos humanos que marcaram a história mundial da humanidade¹.

Destaca-se que na história da humanidade a violência sob todos os aspectos são

¹ PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 4a ed, São Paulo: Editora Max Limo PIOVENSAN, Flávia; SOARES, Inês Virgínia Prado (coord). Direito ao desenvolvimento. Belo Horizonte: fórum, 2010. p.48.

características, que fizeram com que os direitos humanos fossem aparecendo lentamente, para amenizar as atrocidades que os homens eram obrigados a vivenciar.

O surgimento do direito humanitário deu-se em meados do século XIX, por iniciativa de agentes privados como a Cruz Vermelha, que tinham como objetivo reduzir o sofrimento daqueles que viveram o terror da guerra. Em 1906, foi assinada a Segunda Convenção de Genebra, que estendeu os princípios originais do direito humanitário às forças navais. A regulamentação do tratamento aos prisioneiros de guerra é implementada com o advento da terceira Convenção de Genebra, celebrada no período entre guerras”, em 1926. Dentre suas principais conquistas, estão o reconhecimento do direito do Comitê Internacional da Cruz Vermelha de visita irrestrita aos prisioneiros de guerra².

Por intermédio das Convenções de Genebra passou-se a ter possibilidade de visitar os prisioneiros das guerras e fazer com que estes tivessem um tratamento digno, acesso aos seus direitos fundamentais e proteção à vida, fazendo com que se pensasse na proteção dos direitos humanos.

Em razão da proteção aos direitos dos homens, surgiram também os primeiros tratados de direitos humanos, começaram a aparecer na antiga Liga das Nações, mas que receberam atenção somente após a Segunda Guerra Mundial, com o estabelecimento das Nações Unidas. Isso porque, quando o direito humanitário determina, por exemplo, que os prisioneiros de guerra devem ser tratados com dignidade, fato este que contribui também para a promoção de direitos humanos, especialmente os civis uma vez que a vida e a dignidade também são bens jurídicos protegidos pelo regime de direitos humanos da ONU³.

Mas não foi apenas a questão de tratar os prisioneiros de guerra com dignidade que levaram ao surgimento dos direitos humanos, há também elementos históricos, que justificam o nascimento do direito humanitário.

Finnemore, em meados do século XIX, justifica o surgimento do chamado direito humanitário, quando um banqueiro suíço chamado Henry Dunant, indigna-se com a falta de assistência médica aos combatentes da batalha de Solferino, ocorrida no contexto das guerras de independência italianas, que se mobilizou um comitê que deveria persuadir os Estados a assinarem uma convenção na qual se comprometeriam a respeitar a neutralidade das pessoas

² FORSYTHE, D. **Human rights and comparative foreign policy**. Tokyo: United Nations University Press, 2000, p.71.

³ Idem.

responsáveis pelo provimento de auxílio médico aos feridos, o que incluiria civis, militares e ambulâncias envolvidas nas operações de resgate⁴.

A partir da mobilização de Henry Dunnant no sentido de se considerar a imparcialidade dos médicos que davam auxílio aos feridos de guerra, foi possível regular pela primeira vez as condições dos cidadãos que viviam em situação de guerra.

No ano de 1863 ocorreu uma Conferência em Genebra, em que discutiu-se a implementação de princípios, sendo positiva, ou melhor, foi o primeiro documento jurídico que visou regulamentar as condições de indivíduos em situações de guerra, destacando como objetivo primordial assegurar a neutralidade dos indivíduos envolvidos em atividades de auxílio humanitário. A partir de então, o direito humanitário assumiria uma trajetória ascendente⁵.

O fato de ser possível a existência de sobreposições entre o direito humanitário e os direitos humanos, o direito humanitário é considerado para fins dessa pesquisa o regime de direitos individuais estabelecido pelas Convenções de Genebra e seus protocolos adicionais. Designar-se-á pelo nome de regime de direitos humanos da ONU, por sua vez o sistema de direitos individuais das Nações Unidas, aplicável a quaisquer condições políticas, inclusive as de guerra. E utilizar-se-á a expressão direitos humanos para a referência a qualquer forma de proteção internacional dos direitos individuais, seja ela humanitária ou não⁶.

É possível apresentar quanto ao lapso temporal a evolução do direito humanitário, em relação as Nações Unidas no período da Guerra Fria, da seguinte forma: inicialmente, compreende o final da Segunda Guerra Mundial em 1945 até Declaração Universal dos Direitos do Homem 1948; o segundo período, inicia com a assinatura da Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial em 1965, bem como ratificação do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos 1966, e o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais 1966, a primeira metade da década de 70, quando da Resolução 1503 de 1970 e do ECOSOC; Por fim, uma nova fase marca a produção de tratados internacionais de direitos humanos, inicia logo, na segunda metade da década de 1970, marcada pelo governo do ex-presidente norte-americano Jimmy Carter⁷.

⁴ FINNEMORE, Martha. **International Organizations as teachers of norms: the United Nations educational, Scientific, and Cultural Organization and science policy**. International Organizations, vol 47, issue 4 set, 1993, p.80.

⁵ Idem.

⁶ SILVA, Adriana Lopes da. **Direitos humanos atores internacionais e normas correlatas**. 4 ed. Brasília: Senado Federal. Coordenação de edições técnicas, 2013, p. 140.

⁷ DUNNE and WHEELER, **Human Rights in global politics**. Cambridge University press, 1999, p.77.

Segundo Dunne; Wheeler⁸, a chamada “terceira” onda de normas acerca dos direitos humanos, surge quando ratificados os tratados que junto com a Declaração Universal dos Direitos do Homem passam a formar o que ficou conhecido “*International Bill of Rights*”, na “Era Carter”, fazendo menção a forma de atuar para com esses direitos, do ex-presidente norte-americano Jimmy Carter, sendo uma marca de seu governo, a atuação para uma política externa comprometida com a promoção dos direitos humanos.

Esses tratados da Era Carter eram para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher ratificada no ano de 1979; Contra a Tortura e Tratamentos ou Penas Cruéis, desumanas ou Degradantes, do ano de 1984; sobre os Direitos da Criança. Os tratados acima citados foram os mais importantes criados na ONU, durante a chamada “terceira geração” de direitos humanos⁹.

Novas espécie de direitos passam a ser reivindicadas, no século XX, com a intensificação do fenômeno da Revolução Industrial e os direitos sociais. Como consequência disso, os direitos humanos carecem de uma divisão temporal, passando a ser conceituados como, direitos de primeira geração, de segunda geração e de terceira geração.

Os direitos de primeira geração são civis e políticos, também conhecidos como direitos negativos. Os direitos civis limitam a presença do Estado na esfera individual, e são: o direito à vida, à liberdade, à privacidade. Os direitos políticos, consistem no direito de participação do processo democrático. É preciso considerar que alguns autores consideram apenas essa primeira geração de direitos como a única que pode ser legitimada com status de direitos humanos¹⁰.

Os direitos de segunda geração, são os sociais e econômicos, por sua vez denominados direitos positivos, exigem medidas concretas do gestor público para a sua efetivação, como por exemplo, os direitos trabalhistas e previdenciários¹¹.

Enfim, os direitos de segunda geração atenderam à luta da classe menos favorecida, ou seja, os operários, tendo como finalidade a justiça social, mas ainda assim, faltava a implementação de direitos coletivos, sendo esta a aspiração dos direitos de terceira geração.

⁸ Idem, p. 75-76.

⁹ Ibidem, p. 76.

¹⁰ WEISS and FORSYTHE and COATE. **The United Nations and Changing World Politics**, 4 ed., Westview Press, Colorado– Oxford, 2004, p. 154.

¹¹ WEISS and FORSYTHE and COATE. **The United Nations and Changing World Politics**, 4 ed., Westview Press, Colorado– Oxford, 2004, p. 154-155.

Os Direitos de terceira geração, também denominados de direitos difusos e coletivos, como: a fraternidade, a paz, a solidariedade, entre outros, destinam-se à proteção de grupo de pessoas, com titularidade coletiva.

O reconhecimento desses novos direitos metaindividuais defendida por Celso Lafer, Paulo Bonavides, Ingo Sarlet e Gilmar Bedim apontam para uma interpretação abrangente dos direitos de solidariedade ou fraternidade, referindo-se aos direitos relacionados ao desenvolvimento, à paz, à autodeterminação dos povos, ao meio ambiente sadio, qualidade de vida, ao direito de comunicação, entre outros¹².

As Nações Unidas do Brasil definem direitos humanos da seguinte forma, “Os direitos humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição¹³”. Esses direitos diferem-se das demais gerações pela titularidade, ou seja, são exercidos por um grupo, pela coletividade, e, devido à evolução da sociedade, esses direitos devem garantir especificamente no caso da presente pesquisa, o desenvolvimento.

2 O Direito ao Desenvolvimento

O direito ao desenvolvimento configura um verdadeiro e internacionalmente reconhecido direito humano. Sua discussão se insere das discussões contemporâneas que se relacionam diretamente com a própria natureza e o surgimento dos demais direitos considerados como humanos.

Compreender este direito, frente a concepção da contemporaneidade para com os direitos humanos é um desafio, uma vez que os direitos humanos são reflexos de uma construção axiológica, de diferentes espaços e lutas sociais, ao analisar as historicidades dos mesmos, percebe-se que não uma linearidade ao longo do seu desenvolvimento, como visto no tópico anterior, mas muita luta sucede a realidade de hoje¹⁴.

¹² WOLKMER, Antonio Carlos. Introdução aos Fundamentos de Uma Teoria Geral dos Novos Direitos. In: WOLKMER, Antonio Carlos; LEITE, José Rubens Morato. **Os novos direitos no Brasil** - natureza e perspectivas. São Paulo: Saraiva, 2003, p.09.

¹³ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **A ONU e os Direitos Humanos**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/direitos-humanos/>>. Acesso em 08 mai. 2018.

¹⁴ PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 4a ed, São Paulo: Editora Max Limo PIOVESAN, Flávia; SOARES, Inês Virgínia Prado (coord). Direito ao desenvolvimento. Belo Horizonte: fórum, 2010. p.98-99.

Ao considerar a historicidade dos direitos humanos, nasce a concepção contemporânea, seguida da Declaração Universal dos Direitos de 1948. Fruto de um movimento global, que queria responder de forma eficiente e pacífica as atrocidades vivenciadas em período posterior pela humanidade¹⁵.

Isso passa a fortalecer os direitos humanos a proteção e domínio reservado do Estado. As ambições normativas tiveram visível crescimento, passamos a ser cidadãos internacionais.

Nesse sentido, a Declaração de 1948 passa a inovar a gramática dos direitos humanos, iniciando a concepção contemporânea dos direitos humanos. Os direitos humanos passam a compor uma unidade indivisível, interdependente, e principalmente inter-relacionada por conjugar-se com todos os demais direitos como civis, políticos, sociais econômicos e culturais.

Junto do sistema normativo global, nasce os sistemas de proteção locais ou regionais, como não sendo sistemas dicotômicos, inspirados em valores e princípios da Declaração Universal, de forma a fazer que diversos sistemas de proteção façam parte.

Dada a indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos, deve-se compreender que estas proporcionam o compromisso de integração, sendo os direitos econômicos sociais e culturais, um foco necessário para proteção dos grupos sociais mais vulneráveis¹⁶.

Há uma lacuna na implementação desses direitos ao desenvolvimento, conhecida como "*implementation gap*", a qual carece de reconhecimento como um direito humano para sua efetivação e prática no âmbito global e interno. Isso demonstra que apenas a atribuição de direito ao desenvolvimento não basta para que ocorra sua efetivação, embora constitua parte muito importante, dado contexto histórico dos direitos humanos¹⁷.

De qualquer forma a força normativa não deixa de ser uma das formas de acesso e efetivação do direito ao desenvolvimento, sendo sua força jurídica vinculante, os tratados

¹⁵ Idem.

¹⁶ Ibidem. p. 108.

¹⁷ PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 4a ed, São Paulo: Editora Max Limo PIOVENSAN, Flávia; SOARES, Inês Virgínia Prado (coord). Direito ao desenvolvimento. Belo Horizonte: fórum, 2010. p.108.

internacionais ou legislação interna uma maneira muito importante para efetivação do direito ao desenvolvimento¹⁸.

Segundo Piovesan,

um instrumento vinculante representaria a cristalização e consolidação de um regime jurídico de direitos aplicável ao direito ao desenvolvimento, somado que na história de afirmação dos direitos humanos no plano internacional o primeiro passo de proteção envolve a adoção de uma declaração e posteriormente a adoção de um tratado o que aprimora o grau de proteção jurídica do direito¹⁹.

A autora afirma que embora alguns tratados internacionais possam ter relevante impacto na normativa interna, propiciam possibilidade de uma normativa específica.

Mesmo que o direito dos direitos humanos, se mostre ineficaz nesse âmbito, ele age como uma importante ferramenta para a promoção do desenvolvimento, junto da cooperação internacional, e atores estatais ou não envolvidos.

O direito ao desenvolvimento pode ser considerado como “um direito universal, inalienável e parte integral dos direitos humanos”. Sua afirmação como tal “corrobora com o fortalecimento do valor humano do direito ao desenvolvimento, pois implica reconhecer que os programas de realização de políticas de desenvolvimento são um processo de realização de política de direitos humanos”²⁰.

Ainda, Proner considera que “o direito ao desenvolvimento promove uma vinculação com os direitos de terceira geração, possibilitando a realização conjunta dos direitos de solidariedade”²¹.

A Declaração do Direito ao Desenvolvimento, pondera que o desenvolvimento faz parte de um processo que envolve os níveis econômico, cultural, social e político, tendo como objetivo garantir as necessidades básicas e o bem estar dos indivíduos, mantendo como base uma justa distribuição dos resultados²².

¹⁸ Idem.

¹⁹ Ibidem.

²⁰ SÁTIRO, Guadalupe Souza; MARQUES, Verônica Teixeira; OLIVEIRA, Liziane Paixão Silva. **O reconhecimento jurídico do direito ao desenvolvimento sob a perspectiva emancipatória dos Direitos Humanos**. Revista Arquivo Jurídico. v.2. n.2, p.2-22, jul./dez de 2015, p. 09.

²¹ PRONER, Carol. **Os direitos humanos e seus paradoxos: análise do sistema americano de proteção**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2002, p. 54.

²² PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 4a ed, São Paulo: Editora Max Limo PIOVENSAN, Flávia; SOARES, Inês Virgínia Prado (coord). Direito ao desenvolvimento. Belo Horizonte: fórum, 2010. p.102.

A efetivação e proteção dos direitos humanos, ocorre através e junto do direito ao desenvolvimento, fato que vem a reforçar a mencionada universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos, conceituadas pela autora. Considerando sempre que o princípio da dignidade da pessoa humana, rege a normativa global ou interna.

As dimensões contempladas pela autora, que são Justiça Social, *accountability*, participação e políticas nacionais ocorrem conjuntas à cooperação internacional, e demonstram a compreensão de que para efetivação do Desenvolvimento Sustentável, os direitos sociais, civis e políticos devem caminhar lado a lado, para garantir implementação e efetivação.

Os objetivos da Agenda 2030 da ONU, vieram no sentido de demonstrar que o desenvolvimento sustentável só poderá ocorrer se estiver associado aos direitos civis, sociais e políticos.

3 Os Principais Objetivos e Dimensões da Agenda 2030 Frente ao Desenvolvimento Sustentável como Direito Humano

O conceito de desenvolvimento sustentável, foi formado no ano de 1987, pelo comitê de Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, definindo o conceito como um desenvolvimento que atende as necessidades contemporâneas e futuras com zelo pelas gerações futuras²³.

Dada a definição de desenvolvimento, o correr do tempo proporcionou estudos e pesquisas par aprimorar o conhecimento acerca do assunto, sempre de acordo com o contexto e definição acima exposto, com essas pesquisas notou-se a importância de abordar todos os âmbitos que cercassem os direitos humanos, sendo estes as questões sociais, econômicas, ambientais e sustentáveis²⁴.

O fato de associar questões de diferentes âmbitos da vida cotidiana o que também é denominado de dimensões, proporcionou uma nova e contemporânea definição de Desenvolvimento Sustentável, sendo esta imposta de forma global.

²³ SACHS, Jeffrey D. **The age of sustainable development**. Tradução nossa. New York: Columbia University Press, 2017, p.05.

²⁴ SACHS, Jeffrey D. **The age of sustainable development**. Tradução nossa. New York: Columbia University Press, 2017, p. 05-06.

Na sua categoria conceitual, a Organização das Nações Unidas considera o desenvolvimento sustentável como “um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, o direcionamento dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão em harmonia e reforçam o atual e futuro potencial para satisfazer as aspirações e necessidades humanas”²⁵.

Ainda, de acordo com o Relatório “Nosso Futuro Comum” da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, o desenvolvimento sustentável é o “desenvolvimento que atende as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades”.

Willian Lafferty parte de um novo conceito operacional de desenvolvimento sustentável, considerando tratar-se de uma “norma internacional que reúne ideias relativas à promoção do bem-estar humano, à proteção da biosfera, aos interesses das gerações futuras e à participação pública na tomada de decisões sobre o meio ambiente e desenvolvimento”²⁶.

A compreensão do que é o Desenvolvimento sustentável não tem relação apenas com a vertente ambiental, como a denominação indica. A noção contemporânea de desenvolvimento sustentável abrange três vertentes: a econômica, a social e a ambiental.

Segundo Timothy²⁷, não se pode compreender a dimensão econômica apenas como fato gerador da mais-valia não é considerado válido. Na visão do autor é necessária uma análise mais ampla acerca da dimensão econômica.

Quando fala-se da dimensão social ao modo que deve suscitar e alcançar a justiça na divisão de oportunidades, serviços, saúde e educação, também precisa-se desenvolver um olhar mais amplo. Assim como a dimensão ambiental, que deve vigiar e evitar a superexploração mesmo de recursos renováveis.

²⁵ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **A ONU e os Direitos Humanos**. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/acao/direitos-humanos/>>. Acesso em 08 mai. 2018.

²⁶ LAFFERTY, William H. **The politics of sustainable development**: global norms for national implementation. *Environmental Politics*, vol. 5, p. 185-208, 1996.

²⁷ TIMOTHY, A.; HARRIS, Jonathan M.; WISE; GALLAGHER, Kevin P.; GOODWIN, Neva R. **A Survey of Sustainable Development**: Social And Economic Dimensions.. Washington, Covelo and London: Island Press, 2001, p.30.

Para Rogers²⁸ a dimensão econômica deve se ater mais ao planejamento de um futuro econômico estável e sustentável, sem a exploração acelerada com vistas a produzir a mais valia por períodos curtos e sem planejamento.

As dimensões do Desenvolvimento Sustentável frente a transnacionalidade econômica tem de ocorrer de forma igualitária para todas as nações e povos, diferente de social extremista, erradicar a pobreza extrema, exigir condições de um meio ambiente limpo e protegido, grupos sociais fortalecidos por suas escolhas, e políticas públicas justas, é parte do projeto desenhado e tão almejado de reconstrução dos direitos humanos na perspectiva da ONU²⁹ (SACHS, 2015, p. 25).

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e metas são de natureza global e universalmente aplicáveis, tendo em conta as diferentes realidades, capacidades e níveis de desenvolvimento nacionais e respeitando as políticas e prioridades nacionais

A Agenda 2030 da ONU tem como objetivos de desenvolvimento sustentável, os seguintes: acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares; acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável; assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades; assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos; alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas; assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos; assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos; promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos; construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação; reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles; tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis; assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis; tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos; conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável; proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade; promover sociedades

²⁸ ROGERS, Peter P; JALAL, Kazi F; BOYD, John A. **An introduction to sustainable development**. UK: USA: Earthscan, 2008.

²⁹ SACHS, Jeffrey D. **The age of sustainable development**. Tradução nossa. New York: Columbia University Press, 2017, p.25.

pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis e fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável (ONU, 2018).

Ao lado das contínuas prioridades de desenvolvimento, tais como a erradicação da pobreza, a saúde, a educação e a segurança alimentar e nutricional, a nova agenda define um vasto leque de objetivos econômicos, sociais e ambientais.

A Agenda 2030 destaca que está empenhada em acabar com a pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a erradicação da pobreza extrema até 2030.

Quando menciona acabar com a pobreza leva a compreender que deve ser verificado desde os problemas que estão sendo enfrentados por uma comunidade ou país até a possibilidade de angariar recursos para alavancar o desenvolvimento e a subsistência, como por exemplo das zonas rurais, da agricultura sustentável, da pesca, incentivando a criação de associações e cooperativas, apoiando os agricultores familiares.

Este apoio deve ser direcionado a garantir não só a economia mas também o acesso aos direitos sociais, exercer um trabalho seguro, saudável, que lhes garantam uma vida digna. Ainda, está explícito na referida agenda 2030 que todas as pessoas, independentemente do sexo, idade, raça, etnia, e pessoas com deficiência, migrantes, povos indígenas, crianças e jovens, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade, devem ter acesso a oportunidades de aprendizagem ao longo da vida que os ajudem a adquirir os conhecimentos e habilidades necessários para explorar oportunidades e participar plenamente da sociedade, sendo incluídas no desenvolvimento.

Para o alcance dos objetivos projetados, é de extrema importância trabalhar a dimensão política, na qual a governança deve ser exercida de modo a desempenhar papéis exemplares, para obtenção de uma sociedade próspera e justa, objetivo de desenvolvimento sustentável.

É interessante destacar como que a multiplicidade desses fatores se inter-relacionam diversificadamente e se exprimem obedecendo a características locais e regionais. Entretanto, outros fatores como os aspectos normativos, administrativos, institucionais, da estrutura de gestão e grau de participação social podem acabar influenciando direta ou indiretamente as ações e decisões locais.

Como percebe-se, o desenvolvimento abrange vários aspectos da sociedade e que interligados, conectados entre si, podem possibilitar uma sociedade que preserve os direitos da geração presente e futura.

Amartya Sen acrescenta no processo de desenvolvimento uma concepção voltada para a expansão das liberdades humanas e suas capacidades, que sejam retiradas as principais fontes de privação de liberdade: pobreza, tirania, carência de oportunidades e destituição social, sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência de estados repressivos.

A privação da liberdade está ligada à carência de serviços públicos, ausência de programas e sistemas de saúde, educação, emprego digno, inserção na sociedade de desempregados, deficientes, idosos e pessoas de baixa renda.

Já a violação da liberdade consiste na negativa do exercício e da participação dos cidadãos na vida social, política e econômica da sociedade.

É importante esclarecer que o desenvolvimento abrange os direitos humanos, o direito ao exercício da democracia, uma aproximação entre ética, política, economia e a possibilidade de ter mecanismos para o desenvolvimento de conectar, interligar, os aspectos políticos, econômicos, sociais e ambientais da vida humana. Por esta razão, que a evolução do termo desenvolvimento na contemporaneidade refere-se a desenvolvimento sustentável.

Conclusão

O presente artigo teve por finalidade responder ao problema que induziu todo o processo de estudo e proporcionou a sua redação, que tem por base a seguinte indagação: o direito o desenvolvimento sustentável é um direito humano frente à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas?

Para responder ao problema, voltou-se para os objetivos, partindo do estudo da evolução dos direitos humanos, o direito ao desenvolvimento e ao final fazendo uma análise

geral dos objetivos da Agenda 2030 frente o desenvolvimento sustentável como um direito humano.

A resposta ao problema ocorreu por intermédio de pesquisa bibliográfica e se constatou que o direito ao desenvolvimento sustentável é um direito humano que faz parte da terceira geração e que abrange a coletividade. O direito ao desenvolvimento, apesar de não ser plenamente efetivado a ponto de transformar de forma significativa a realidade, deve ser considerado como um direito humano, assim como os demais.

A sustentabilidade, expressa na Agenda 2030 da ONU, expressa um significado duplo que envolve tanto a intergeracionalidade quanto o equilíbrio dimensional. Dessa forma, dentre os objetivos da mencionada Agenda, está o da promoção do crescimento econômico sustentado, partindo das premissas do desenvolvimento sustentável garantido a todos.

Justamente por abranger a coletividade deve estar interligada não só a economia mas também o acesso aos direitos sociais, exercer um trabalho seguro, saudável, que lhes garantam uma vida digna. Ainda, está explícito na referida Agenda 2030 que todas as pessoas, independentemente do sexo, idade, raça, etnia, e pessoas com deficiência, migrantes, povos indígenas, crianças e jovens, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade, devem ter acesso a oportunidades de aprendizagem ao longo da vida que os ajudem a adquirir os conhecimentos e habilidades necessários para explorar oportunidades e participar plenamente da sociedade, sendo incluídas no desenvolvimento.

Verificou-se que a noção de desenvolvimento sustentável expressa na Agenda 2030 não tem relação apenas ao enfoque ultrapassado do debate da proteção ambiental em relação ao crescimento econômico, porque na sua atual perspectiva, abrange três vertentes, considerando que o desenvolvimento sustentável é estruturado sobre um tripé que contempla a vertente social, a vertente econômica e também a vertente ambiental.

Para o alcance dos objetivos projetados, é de extrema importância trabalhar a dimensão política, na qual a governança deve ser exercida de modo a desempenhar papéis exemplares, para obtenção de uma sociedade próspera e justa, objetivo de desenvolvimento sustentável.

Além disso, para a efetividade da Agenda 2030 da ONU, é extremamente essencial o compromisso de todos os participantes para a implementação dos objetivos, cuja meta primordial é efetivar o direito ao desenvolvimento como um direito humano plenamente garantido.

Referências

ARRIGHI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis, Vozes, 1997.

CELSO LAFER, **A reconstrução dos Direitos Humanos**: Um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo; Campana da Letras, 1998.

DUNNE and WHEELER, **Human Rights in global politics**. Cambridge University press, 1999.

FINNEMORE, Martha. **International Organizations as teachers of norms: the United Nations educational, Scientific, and Cultural Organization and science policy**. *International Organizations*, vol 47, issue 4 set, 1993.

FORSYTHE, D. **Human rights and comparative foreign policy**. Tokyo: United Nations University Press, 2000.

KISIL, Marcos, **Organização social e desenvolvimento sustentável: projetos de base comunitária**. In: IOSCHPE, E. B. (org.). *3º Setor: desenvolvimento social sustentado*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. p. 131-155.

LAFFERTY, William H. **The politics of sustainable development**: global norms for national implementation. *Environmental Politics*, vol. 5, p. 185-208, 1996.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **A ONU e os Direitos Humanos**. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/acao/direitos-humanos/>>. Acesso em 08 mai. 2018.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 4a ed, São Paulo: Editora Max Limon PIOVESAN, Flávia; SOARES, Inês Virgínia Prado (coord). *Direito ao desenvolvimento*. Belo Horizonte: fórum, 2010.

PRONER, Carol. **Os direitos humanos e seus paradoxos**: análise do sistema americano de proteção. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2002.

ROGERS, Peter P; JALAL, Kazi F; BOYD, John A. **An introduction to sustainable development**. UK: USA: Earthscan, 2008.

SACHS, Jeffrey D. *The age of sustainable development*. Tradução nossa. New York: Columbia University Press, 2017.

SÁTIRO, Guadalupe Souza; MARQUES, Verônica Teixeira; OLIVEIRA, Liziane Paixão Silva. **O reconhecimento jurídico do direito ao desenvolvimento sob a perspectiva emancipatória dos Direitos Humanos**. Revista Arquivo Jurídico. v.2. n.2, p.2-22, jul./dez de 2015.

SEN, Amartya. Development thinking at the beginning of the 21 Century. Paper presented at a conference on “Development Thinking Practice” of the Inter- American Bank. Whashogton, 3,5 Sept, 1996. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1126934>. Acesso em 09 abr.2018.

SILVA, Adriana Lopes da. **Direitos humanos atores internacionais e normas correlatas**. 4 ed. Brasília: Senado Federal. Coordenação de edições técnicas, 2013.

SOARES, Ines Virginia Prado; PIOVESAN, Flávia. **Direito ao Desenvolvimento**. Belo Horizonte: Fórum, 2010

TIMOTHY, A.; HARRIS, Jonathan M.; WISE; GALLAGHER, Kevin P.; GOODWIN, Neva R. **A Survey of Sustainable Development: Social And Economic Dimensions**.. Washington, Covelo and London: Island Press, 2001.

WEISS and FORSYTHE and COATE. **The United Nations and Changing World Politics**, 4 ed., Westwiew Press, Colorado– Oxford, 2004.

WOLKMER, Antonio Carlos. Introdução aos Fundamentos de Uma Teoria Geral dos Novos Direitos. In: WOLKMER, Antonio Carlos; LEITE, José Rubens Morato. **Os novos direitos no Brasil** - natureza e perspectivas. São Paulo: Saraiva, 2003.